

tigação-acção se transformam em desvantagens no trabalho de campo; na segunda narra as dificuldades que experimenta na sua inserção na aldeia e a forma como vai resolvendo tais equívocos e operacionalizando a etnografia.

Que lições retirar deste variado conjunto de textos? Parece sempre proveitoso juntar pessoas que praticam e escrevem etnografia e fazer, de tempos a tempos, esse escrutínio das práticas, desses modos de construção de teoria ancorada na observação do real para produzir uma “epistemologia auto-reflexiva” no quadro das ciências sociais e traduzir algumas lógicas que informam o “jogo de espelhos” no campo (Estanque, pp. 62 e 75) e, idealmente, avaliar as formas de representação em etnografia (Van Maanen, *Representation in Ethnography*, 1995). São livros como este que nos obrigam a não perder de vista questões basilares (que talvez merecessem revisitação): como pensar terrenos tão diversos e particulares a partir de uma abordagem que tem tanto de idiossincrática como de disciplinar e sistemática? Que generalizações podem ir sendo feitas?

Ainda assim, os contributos presentes em *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais* são algo desiguais, traduzem diferentes níveis de desenvolvimento da reflexão metodológica e a diferente permeabilidade à complexidade que tal reflexão convoca. É provável que também reflectam os pontos de investigação em que foram escritos, os estatutos profissionais presentes dos investigadores e, mesmo que indirectamente, as tradições e os territórios disciplinares mais ou menos sensíveis à “nudez” metodológica (Raposo, p. 44) e sua reflexão sistemática. Não é de estranhar que alguns dos contributos assentem em objectivos concretos, como dar a conhecer dimensões pessoais do trabalho de campo, e nesse sentido se evidenciem mais “confessionais” (cf. Van Maanen, *Tales of the Field: on Writing Ethnography*, 1988), e outros se comprometam com a ambição de adivinhar soluções ou retirar algumas lições epistemológicas a partir dos seus itinerários etnográficos. Todavia, é sempre bom saber do que falamos quando falamos de etnografia, o que nuns casos é muito mais evidente do que noutros.

Susana Durão
Bolseira FCT

Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE)

MANUELA IVONE CUNHA

ENTRE O BAIRRO E A PRISÃO: TRÁFICO E TRAJECTOS

Lisboa, Fim de Século-Edições, 2002.

Muito para além da leitura destinada a uma recensão, o livro de Manuela Ivone Cunha rapidamente se transforma num excelente instrumento de trabalho. Desde logo pelos temas que trata: i) por dar a conhecer o papel de mulheres portuguesas no mercado *free-lance* de drogas (uma “economia de droga semiperiférica”, p. 169); ii) por se detalhar na relação das reclusas com o policiamento e o dispositivo de controlo legal; iii) por finalmente nos permitir ir dentro de uma prisão feminina (Tires) e seguir um fio interpretativo acerca das experiências de vida, redes de parentesco e relações nos bairros degradados de onde provêm estas mulheres, mas também sobre as práticas discursivas sobre a delação (o “chibançaço”), os sentidos das clivagens e da “integração na exclusão” (p. 6).

O uso da palavra “filigrana” (p. 25) convoca um patamar de discussão a partir do qual se percebe a presença de um texto de grande qualidade. A apresentação comparada de um conjunto de dados sociográficos correspondentes aos finais das décadas de 1980 e 1990 faz emergir a profunda transformação entretanto operada no perfil penal das reclusas. Enchendo a cadeia de mulheres progressivamente menos jovens, aqueles dez anos reduziram “a diversidade criminal” das presas, agora esmagadoramente condenadas “a penas muito mais longas”. Dando conta de uma “pauperização genérica” da população prisional, constata-se, em simultâneo, uma homogeneização, “por baixo”, do seu perfil sociológico (pp. 76-77). Inscrita em todo o itinerário analítico, é esta transformação que é sistematicamente sujeita a um inquérito no qual o exercício comparado da viagem pelo tempo do cárcere e pelas transformações entretanto operadas vai sendo acompanhado por uma discussão teórica, fina e bibliograficamente estribada. Somos assim apresentados a uma obra muito completa e densa mas sempre compreensível; de opções originais, porventura ambiciosas (até pelo constante recurso à comparação com trabalhos referentes a outros contextos), mas claras.

O texto é também uma excelente etnografia. O que não é pouco, atendendo aos perigos que

rondam a construção de um objecto como o seu: a ter em conta os discursos que têm vindo a construir o problema-droga e que tendem a destituir todos os agentes nele envolvidos do direito a um sentido para as suas palavras e acção, os simples actos de ouvir e olhar para compreender constituem, por si mesmos, um exercício da maior importância. Ao colocar este trabalho e a sua autora na melhor tradição antropológica, esta característica funda também a sua importância política: em Tires, cada uma das mulheres – a Zulmira, a Iolanda, a Maria Emília, a Lavínia... – é, sem uma mediação quantitativa que oblitere a sua humanidade, escutada pelo sentido literal da sua fala.

Para o leitor é já evidente que, embora partindo de uma experiência de campo situada, não satisfazem a autora reflexões demasiado presas ao perímetro prisional, preferindo esta colocar em evidência os universos sociais que, em muito larga medida, se repercutem no lugar que é a prisão. E, como se tal não bastasse, a autora vai ainda percorrer toda a lógica que compõe e recompôs em dez anos de vida em Portugal os bairros e a prisão (especificamente na distância que medeia os dois momentos da sua investigação, 1987 e 1997). A discussão antiga na antropologia, e em larga medida extensiva às ciências sociais, de produzir um conhecimento em contexto por alternativa a uma análise mais “sistémica” não é aqui uma opção de um sentido apenas. A riqueza da obra está em conseguir ser “dois em um”, problemática social e organizacional. Deste ponto de vista, e a título de exemplo, leia-se a discussão dos pormenores diferenciados das relações entre os diversos tipos e origens das presas e as respectivas guardas.

Assim vão sendo derrubados os muros da cadeia. Analisando a “proveniência maciça e sistémica de um leque de bairros precarizados” e a existência “de núcleos mais ou menos alargados de reclusas que se conheciam já antes da prisão” (p. 95), vamos sendo confrontados com o imbricamento das condições de vida destas últimas com as características das práticas policiais que organizam as suas detenções – é cada um daqueles bairros que se constitui como alvo – e com as assimetrias verificadas no acesso a um serviço jurídico de qualidade. Demonstradas as características das primeiras – marcadas pela pobreza e pela maleabilidade do parentesco e da vizinhança

– e desmontado o mito do “grande traficante” e do discurso que o organiza, fica à vista a articulação da precariedade estrutural das economias e de algumas das relações domésticas destas mulheres, com as suas incursões nas periferias da economia legal e da venda a retalho. Relatadas as segundas, ficam à vista as “braçadas” de arguidas (p. 188) que, dos bairros, trazem para dentro da prisão uma parte do seu universo de relações e as concepções com que organizam as suas lealdades.

É já claro que este trabalho de investigação vem lembrar que não é necessariamente nos estudos de objectos consagrados na antropologia que surge inovação teórico-metodológica. Evidenciando que a disciplina não mais se confunde com os seus (tradicional) objectos, Manuela Ivone Cunha conduz-nos ainda numa espécie de itinerário científico cruzado, conciliador de escalas. A reflexão no capítulo 2 acerca do seu estatuto de antropóloga, a negociação e renegociação de papéis em “mapas” simultaneamente “sociais e subjectivos” (p. 77), por um lado, e o epílogo, pela reflexão ampla acerca das políticas para as prisões, por outro, são dois dos momentos-chave que sublinham essa opção. Se com esta obra a autora está a contribuir para o encontro de respostas que colocam a antropologia no seio de discussões de estado, tal não serve para abandonar aspectos cruciais inerentes ao saber-fazer dos etnógrafos. Se as opções metodológicas nem sempre merecem a atenção devida nas etnografias que delas tanto dependem, já a reflexão implicada, embora não seja novidade nas ciências sociais, tem sido uma prática pouco acarinhada entre antropólogos portugueses (dos mais empiristas aos mais teóricos). A partir de um texto integrado, Manuela Ivone Cunha vem recolocar na ordem do dia estas duas dimensões da produção de saber. E, mais uma vez, fá-lo de modo engenhoso.

Não admira então que este texto tenha, em 2002, sido premiado pelo Instituto de Ciências Sociais com o prestigiado prémio Sedas Nunes, pois “mais do que uma excelente tese de doutoramento, é um ponto de viragem na antropologia portuguesa e no nosso entendimento da criminalidade, do que poderíamos chamar o sistema da droga e, num âmbito mais vasto, das estruturas de desigualdade na nossa sociedade” (prefácio de Miguel Vale de Almeida). A investigação em antropologia que nos ajuda a conhecer melhor Portugal e que fundamenta opções a que

não estamos habituados, algo ‘radicais’ na forma e na crítica social, política e económica merece, no mínimo, celebração.

Susana Durão

Bolseira FCT

Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE)

Luís Vasconcelos

Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE)

TERESA FRADIQUE

FIXAR O MOVIMENTO: REPRESENTAÇÕES DA MÚSICA RAP EM PORTUGAL

Lisboa, D. Quixote, 2003.

Um dos principais desafios da antropologia contemporânea, enquanto analista e interpretadora de fenómenos sociais e culturais, será provavelmente o reenquadramento espacial e temporal dos “objectos” que estuda. Noutras palavras, perante aquilo que costumamos sintetizar na palavra “globalização” e seus efeitos, isto é, perante o cada vez mais frequente e facilitado acesso e circulação da diversidade de realidades, representações e produtos, torna-se cada vez mais complicado ao analista (que é simultaneamente observador, interpretador, consumidor, produtor) pensar as manifestações socioculturais em termos sincrónicos e de “lugar”. Neste sentido, a multiplicação de discursos e interpretações publicitadas e veiculadas pelo fluxo crescente de canais de comunicação e intercâmbio (*media*) obriga-nos a reflectir sobre o papel do antropólogo na construção e partilha de conhecimentos sobre os fenómenos culturais da contemporaneidade: já não detendo o monopólio interpretativo dos fenómenos observados, as suas reflexões e discursos são por sua vez incorporados nos processos de produção e circulação informativa onde a “actualidade” se encontra em constante mutação e onde predomina uma “polifonia de significados”.

O caso da “música” – enquanto “cultura”, ou seja, inserida em lógicas de acção, produção e significação que a transcendem – é particularmente sensível: através da sua dimensão colectiva, pública e performatizada encontra-se cada vez mais sujeita, por um lado, a discursos de identidade e legitimação e, por outro, a processos globais e industrializados de mercadorização

(*commodification*) e etiquetagem. No entanto, e como sugere Teresa Fradique (na linha de Simon Frith), a “música” também é veículo de experiências, construtora de alianças, produtora de narrativas individuais de desejo e emoção, criadora de espaços sociais, estilos de vida (pp. 19-30)... É neste entrecruzar de processos e realidades que a antropologia da música se deverá situar, de forma a poder proporcionar reflexões socialmente relevantes.

Neste contexto, *Fixar o Movimento*, de Teresa Fradique – resultado de uma investigação realizada no âmbito de um curso de mestrado em antropologia no ISCTE –, procura não uma análise técnica, musicológica, de um determinado “género musical” num contexto geográfico circunscrito – o rap em Portugal –, mas sim uma reflexão sobre os discursos, representações públicas, práticas, consumos e produções que o conformaram num período específico – entre os anos de 1994 e 1998 –, período em que se verificou uma “explosão” do rap “português” em termos de produção musical, cultural e comercial (com a proliferação de edições, acontecimentos e grupos), e sobretudo em termos de visibilidade e exposição mediática e como objecto discursivo e publicitado.

Assim sendo, Teresa Fradique procura – através de uma *multisited ethnography* que acompanha espaços de produção cultural multifocalizados – reflectir em torno de questões tais como: quais os processos através dos quais o rap foi, no período em questão, legitimado por políticas socioculturais mais vastas que lhe conferiram visibilidade e “hegemonia” momentânea? Nesta lógica, que discursos e práticas foram considerados socialmente pertinentes (ou “consumíveis”)? Que processos, condições, estratégias e critérios transformaram o rap num produto cultural de consumo “mercadorizado” e assimilado pelo *mainstream*? Qual o contexto social, cultural, económico e político português que envolveu estes processos? (pp. 31-35).

Esta abordagem, temporalmente situada mas territorialmente multifocalizada (embora centrada no contexto português), remete pois para a dimensão processual, criativa e dinâmica que caracteriza o seu objecto de estudo – daí a necessidade de *fixar o movimento* através das suas várias vertentes e eixos, reconhecendo abertamente o carácter fluido e polifocal da “música” enquanto fenómeno “observável”.